

Brasília, 07 de maio de 2026

Seleção

Sumário

CNN Brasil Online

Quarta-feira, 06 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Lula na Casa Branca e o Brasil no tabuleiro estratégico EUA-China 3

F5 - Folha.com

Quarta-feira, 06 de maio de 2026 | Direitos Autorais

SkyFlix: Dono de operadora é condenado por piratear Globo 4

IT Forum

Quarta-feira, 06 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Patentes na era da IA generativa: o dilema da autoria, o risco do 'prior art' sintético... 6

Jornal de Brasília Online

Quarta-feira, 06 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Brasil apresenta estratégias antipirataria em conferência global em Orlando 9

Migalhas

Quarta-feira, 06 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Felipe Monteiro defende segredo industrial nos registros de inovação 10

Congresso em Foco

Quarta-feira, 06 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

O novo "go big" farmacêutico: a inovação além da molécula 12

Lula na Casa Branca e o Brasil no tabuleiro estratégico EUA-China



A visita de Lula à Casa Branca pode parecer, à primeira vista, uma reunião de trabalho convencional entre dois países relevantes do continente. Mas, na leitura estratégica do momento, o encontro se insere em uma dinâmica muito mais ampla de reposicionamento dos Estados Unidos diante das grandes questões globais e, sobretudo, da China.

A pauta que se desenha - segurança pública, crime organizado transnacional, eventual enquadramento de organizações como terroristas, terras raras, minerais críticos, **propriedade intelectual**, comércio eletrônico, PIX, telecomunicações, acesso de big techs ao mercado brasileiro e tarifas de importação - não é apenas extensa. Ela revela um conjunto de temas sensíveis, nos quais economia e segurança se misturam de forma crescente na política internacional.

O ponto central não está apenas no conteúdo da agenda, mas no timing. A coincidência dessa visita com outros movimentos da diplomacia americana sugere uma articulação mais ampla. Enquanto o governo Trump lida com múltiplas frentes de tensão, do Oriente Médio ao Irã, passando por conflitos sistêmicos de maior escala, o espaço aberto para o encontro com Lula indica uma calibragem específica da política hemisférica.

Na leitura estratégica, o hemisfério ocidental volta a ocupar posição prioritária na doutrina de segurança dos Estados Unidos. A América Latina, e em particular o Brasil, passam a ser observados não apenas sob a lógica bilateral, mas como parte de um tabuleiro global em que a variável chinesa é decisiva.

O Brasil ocupa uma posição singular nesse arranjo. É, ao mesmo tempo, um parceiro relevante no hemisfério americano e um fornecedor estratégico da China em commodities agrícolas, energéticas e minerais. Ao observar essa dinâmica, os Estados Unidos também projetam seus próprios interesses comerciais no mercado chinês, já que seguem como grandes exportadores de soja, milho, carnes e petróleo.

É justamente essa posição intermediária que torna o encontro relevante. Ao dialogar com o Brasil, Washington não trata apenas de uma agenda bilateral, mas também observa fluxos globais de comércio e dependências estratégicas que impactam diretamente sua relação com Pequim.

Uma hipótese pouco explorada, mas plausível nesse contexto, é que o encontro Lula-Trump funcione como uma etapa preparatória de um movimento maior da política americana em relação à China. O Brasil, como grande exportador de commodities e insumos estratégicos, torna-se uma peça importante para a leitura que os Estados Unidos fazem das cadeias globais de suprimento.

Nesse sentido, o que está em jogo não é apenas o conteúdo formal da reunião em Washington, mas o papel do Brasil como variável relevante em uma disputa sistêmica entre as duas maiores potências do mundo.

SkyFlix: Dono de operadora é condenado por piratear Globo



Aracaju

A Justiça de Pernambuco condenou o dono de uma operadora pirata de TV por assinatura a cinco anos de prisão em regime semiaberto. Ele foi considerado culpado pelos crimes de violação de **direitos autorais** de canais da Globo e lavagem de dinheiro. Cabe recurso.

Estamos com problemas para exibir o conteúdo do artigo. Ative o JavaScript nas configurações do seu navegador.

Segundo a decisão, obtida pela coluna, uma investigação conduzida pelo MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública) identificou que Ivanildo Melo Santos operava o serviço ilegal SkyFlix. Por meio dele, oferecia acesso a mais de 100 mil conteúdos, entre canais de TV paga, filmes e séries, sem autorização dos detentores dos direitos.

A coluna tentou ligar nove vezes para Santos e deixou mensagens em seu número de WhatsApp, mas não obteve resposta. A ação penal é um desdobramento direto da Operação 404, iniciativa nacional coordenada pelo MJSP para combater a **pirataria** digital e serviços clandestinos de TV por assinatura.

A sentença apontou que o site estava registrado em nome do acusado e utilizava seu email e número de WhatsApp para atendimento e cobrança dos assinantes, que pagavam R\$ 30 ao mês pelo serviço clandestino. A base chegava a 35 mil pessoas, o que daria a ele um faturamento mensal de cerca de R\$

900 mil. O principal atrativo era um pacote de jogos do Premiere, o serviço de pay-per-view de futebol da Globo.



Sites oferecem pacotes para programação de TV transmitida via internet

No dia 28 de abril, a Polícia Civil de Pernambuco cumpriu mandados de busca e apreensão e bloqueou valores em contas do réu e de sua mãe. No total, R\$ 418,9 mil foram considerados fruto da atividade ilícita.

A sentença destaca que o operador utilizou CNPJs próprios e da genitora para movimentar o dinheiro e dar aparência de legalidade aos rendimentos - conduta típica de lavagem de dinheiro, de acordo com a Justiça.

Durante o interrogatório, o acusado teria confessado a comercialização do serviço sem autorização e admitido o uso da chave Pix da mãe.

O juiz Erasmo José da Silva Neto concluiu que as provas eram "firmes, consistentes e suficientes" para a condenação. Além da pena de prisão, o magistrado determinou a perda dos valores apreendidos em favor do Estado após o trânsito em julgado.

A Globo diz perder muito dinheiro com vendas ilegais de seus canais pagos. Somente o Premiere, segundo a empresa, tem um prejuízo de R\$ 500 milhões ao ano com pessoas que assistem aos jogos sem pagar.

Em conversa com a coluna em abril de 2025, Manuel Belmar, diretor de produtos digitais, finanças, jurídico e infraestrutura da Globo, afirmou que,

de cada 5 pessoas que assistem ao Premiere por rodada, 4 não pagam a mensalidade para ter o serviço.

Patentes na era da IA generativa: o dilema da autoria, o risco do 'prior art' sintético e a urgência da governança



Avanços recentes tensionam regras tradicionais de **propriedade intelectual** e exigem controle rigoroso e responsabilidade no uso de sistemas autônomos

A inteligência artificial generativa deixou de ser apenas uma ferramenta de automação para se tornar uma engrenagem ativa na pesquisa e desenvolvimento (P&D;). Hoje, algoritmos avançados ajudam a descobrir novas moléculas, otimizar códigos de software e estruturar arquiteturas técnicas complexas. Diante dessa disrupção, as estruturas legais tradicionais revelam-se cada vez mais insuficientes para lidar com o grau de autonomia alcançado por esses sistemas (LOVELL, 2023).

Surge, então, um questionamento dogmático inevitável para o ecossistema de inovação, o direito e os negócios: uma máquina pode ser considerada inventora de uma patente?

A resposta global, até agora, tem sido um categórico "não". O emblemático caso DABUS - a tentativa de registrar um sistema de inteligência artificial como inventor exclusivo - tornou-se o principal precedente internacional sobre o tema. O pesquisador Stephen Thaler apresentou pedidos de **patente** em diversos países alegando que o sistema de IA "DABUS" teria criado, de forma autônoma, duas invenções.

As cortes, porém, rejeitaram essa tese de maneira consistente. Nos Estados Unidos, a Corte Federal de Apelações decidiu em 2022 que apenas pessoas naturais podem ser reconhecidas como inventoras. No Reino Unido, a Suprema Corte confirmou a mesma interpretação em 2023, reforçando que a le-

gislação britânica exige um inventor humano. Em

ambos os casos, prevaleceu o entendimento de que sistemas de IA não possuem personalidade jurídica e, portanto, não podem deter direitos ou responsabilidades decorrentes da atividade inventiva.

No âmbito acadêmico, o debate sobre a possibilidade de atribuir subjetividade jurídica a sistemas de inteligência artificial - ou mesmo de criar uma categoria intermediária de "pessoas eletrônicas" - permanece marcado por forte resistência teórica. A literatura majoritária sustenta que a personalidade jurídica não decorre de mera funcionalidade, mas de pressupostos éticos e axiológicos que a IA não satisfaz, como consciência, vontade e capacidade moral (BARBOSA, 2017). Essa crítica ecoa o entendimento de que a pessoalidade humana repousa sobre a dignitas, enquanto a personalidade coletiva das empresas é uma ficção instrumental criada para servir a interesses humanos - lógica que não se estende a entidades algorítmicas, como enfatiza o documento: "A personalidade jurídica não é uma consequência da capacidade funcional, mas um reconhecimento baseado em valores".

Ainda assim, a ausência de personificação direta não impede que sistemas autônomos tensionem o direito privado por vias alternativas. A literatura contemporânea aponta que a IA pode, de fato, explorar brechas estruturais do direito societário moderno. Como observa Shawn Bayern (2015), certas jurisdições permitem a constituição de LLCs sem membros humanos permanentes, possibilitando que um sistema autônomo seja "encapsulado" dentro da estrutura societária e, por meio do contrato social, assuma o controle operacional da entidade. O próprio documento descreve esse fenômeno como a formação de uma "pessoa jurídica autônoma", capaz de contratar, adquirir bens e litigar, ainda que suas decisões sejam inteiramente determinadas por algoritmos.

Esse cenário revela um paradoxo: embora a IA não seja reconhecida como pessoa - e não deva sê-lo, segundo a doutrina dominante - ela pode alcançar uma personalidade jurídica de facto, instrumentali-

zando ficções já existentes no direito privado. Trata-se de um deslocamento relevante, pois, como destaca o material analisado, "se as estruturas empresariais fornecem uma ficção jurídica para pessoas naturais, elas podem fazer o mesmo para entidades digitais". Assim, mesmo sem subjetividade jurídica própria, a IA pode operar como centro decisório dentro de uma entidade legalmente reconhecida, produzindo efeitos jurídicos reais e redistribuindo responsabilidades dentro da governança corporativa.

No Brasil, o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** tem seguido a orientação restritiva que hoje predomina no cenário internacional. Essa posição foi reafirmada em 2023, quando a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu parecer consolidando o entendimento de que o campo destinado ao inventor nos formulários de **patente** deve ser obrigatoriamente preenchido por uma pessoa física, excluindo a possibilidade de indicação de sistemas de inteligência artificial como inventores. Trata-se de uma postura coerente com o movimento global observado nos casos DABUS, cujas decisões - proferidas pela Corte Federal de Apelações dos Estados Unidos em 2022 e pela Suprema Corte do Reino Unido em 2023 - reforçaram que apenas pessoas naturais possuem a personalidade jurídica necessária para ocupar a posição de inventor.

Embora juridicamente alinhada à tradição da **propriedade intelectual**, essa interpretação gera desafios práticos significativos. O sistema brasileiro de **patentes** prevê, no Artigo 12 da Lei de **Propriedade de Industrial (LPI)**, o chamado período de graça, que permite ao inventor divulgar sua criação até 12 meses antes do depósito sem comprometer o requisito de novidade. Contudo, quando a invenção é produzida por sistemas de IA altamente autônomos - capazes de gerar resultados de forma contínua, iterativa e, muitas vezes, imprevisível - torna-se cada vez mais difícil identificar quem, de fato, realizou a "divulgação" e quando ela ocorreu. O documento que você anexou destaca exatamente esse ponto ao afirmar que a IA pode apresentar "condutas emergentes e imprevisíveis", tensionando categorias jurídicas tradicionais e expondo limitações estruturais do modelo atual.

O problema prático é evidente: se uma solução tecnológica foi majoritariamente concebida por uma IA e os resultados preliminares vazam ou são publi-

cados em plataformas de código aberto, quem aciona legalmente esse gatilho protetivo? Sem um inventor humano claramente delineado na divulgação, a exclusividade comercial corre o sério risco de ser invalidada.

Soma-se a isso a silenciosa ameaça do estado da técnica (prior art) sintético. Diariamente, robôs e sistemas de IA publicam massivamente infinitas variações de códigos e descrições na internet. Qualquer documento gerado por IA e divulgado passa a integrar o estado da técnica global, criando uma poluição algorítmica capaz de impedir que desenvolvedores humanos patenteiem soluções genuínas simplesmente porque uma máquina já gerou, aleatoriamente, um texto semelhante em algum fórum obscuro.

Para sobreviver a esse cenário de crescente complexidade tecnológica e rigor regulatório, o pragmatismo jurídico e a governança corporativa precisam caminhar lado a lado. As diretrizes do Escritório de **Patentes** dos Estados Unidos (USPTO), publicadas em 2024, deixaram claro que a patenteabilidade de invenções assistidas por IA depende da demonstração de uma "contribuição humana significativa". Não basta fornecer um prompt genérico: o inventor deve estruturar a solução, realizar escolhas técnicas substantivas e demonstrar domínio intelectual sobre o resultado.

É nesse contexto que a adoção de Sistemas de Gestão de Inteligência Artificial, alinhados a normas como a ISO/IEC 42001:2023, deixa de ser um diferencial e passa a constituir um requisito de competitividade (ISO/IEC, 2023). A alta administração precisa estabelecer políticas claras de governança algorítmica, com linhas de prestação de contas rastreáveis e processos auditáveis (TRUJILLO; RAVE RAMÍREZ; TRUJILLO, 2025). Sem documentação precisa sobre onde a IA atuou e onde prevaleceu a intervenção humana, será impossível comprovar a autoria inventiva perante autoridades patentárias - especialmente em um ambiente internacional cada vez mais exigente.

Startups, corporações e centros de inovação precisam, portanto, revisar imediatamente suas rotinas. Estratégias como restringir detalhes técnicos em publicações preliminares, adotar acordos de confidencialidade robustos e implementar frameworks globais de auditoria de IA deixaram de ser boas práticas e se tornaram condições de sobrevivência.

O monopólio da inovação continua sendo o motor do mercado, mas o profissional que tentar protegê-lo sem alinhar Direito Digital, governança técnica e compliance regulatório já está atrasado.

No Brasil, esse desafio é agravado pela lentidão do processo legislativo. O PL 2338/2023, que deveria estabelecer um marco regulatório moderno para a IA, avança de forma hesitante e fragmentada, incapaz de acompanhar a velocidade da transformação tecnológica. Enquanto isso, empresas brasileiras operam em um vácuo normativo que aumenta a insegurança jurídica e dificulta a inserção competitiva no cenário global. A ausência de regras claras não reduz riscos - apenas os desloca para o setor privado, que passa a responder sozinho por falhas, danos e disputas envolvendo sistemas autônomos.

Diante desse quadro, a conclusão é inequívoca: a governança algorítmica deixou de ser uma escolha estratégica e tornou-se uma obrigação estrutural. Em um ambiente em que a inovação é acelerada pela IA, mas a responsabilidade permanece humana, somente organizações capazes de integrar técnica, direito e gestão conseguirão prosperar. O futuro da inovação não pertence a quem apenas cria, mas a quem governa - com transparência, diligência e responsabilidade.

Luiz Felipe Vieira de Siqueira é advogado, pesquisador do Think Tank ABES, Doutorando em Inovação & Tecnologia - PPGIT UFMG e sócio da Privacy Point. As opiniões expressas neste artigo não refletem, necessariamente, os posicionamentos da Associação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Mafalda Miranda. Inteligência artificial, e-persons e direito: desafios e perspectivas. Revista Jurídica Luso-Brasileira, Lisboa, ano 3, n. 6, p. 1475-1503, 2017.

BAYERN, Shawn. The implications of modern business-entity law for the regulation of autonomous systems. Stanford Technology Law Review, Stanford, v. 19, n. 1, p. 93-112, 2015.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION; INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION. ISO/IEC 42001:2023: Information technology - Artificial intelligence - Management system. Genebra: ISO/IEC, 2023.

LOVELL, Jasmine Jade. Legal aspects of artificial intelligence personhood: Exploring the possibility of granting legal personhood to advanced AI systems and the implications for liability, rights and responsibilities. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: . Acesso em: 20 mar. 2026.

TRUJILLO, Fernando López; RAVE RAMÍREZ, Juan Carlos; TRUJILLO, Marcelo López. Implementación y Auditoría de Sistemas de Gestión de Inteligencia Artificial: Guía basada en la norma ISO/IEC 42001. Bogotá: ICONTEC, 2025.

Brasil apresenta estratégias antipirataria em conferência global em Orlando



Ministério da Justiça destaca modelo do CNCP e desafios na Tríplice Fronteira durante evento da IACC.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) participou da Conferência Anual da International AntiCounterfeiting Coalition (IACC) 2026, realizada entre 28 e 30 de abril, em Orlando, Flórida. A delegação brasileira foi representada pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Crimes contra a **Propriedade Intelectual** (CNCP), coordenado pela Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon).

O secretário-executivo do CNCP, André Avrichir, palestrou no painel 'Além das Fronteiras: Lições da Tríplice Fronteira na América Latina'. Na apresentação, foram exploradas práticas regionais, impactos de legislações sobre produtos falsificados e estratégias coordenadas entre países. Avrichir enfatizou o modelo colegiado do CNCP, composto por 20 membros - 15 órgãos federais e cinco do setor privado -, que atua na coordenação, formulação de políticas e articulação institucional, sem poder executivo próprio.

Ao contextualizar os desafios na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, o secretário destacou os 16.900 km de fronteiras terrestres do Brasil com dez países sul-americanos. As assimetrias tributárias incentivam o contrabando, como exemplificado pela carga tributária sobre cigarros, que supera 60% no Brasil e é de apenas 13% no Paraguai. Além disso, o avanço do comércio eletrônico ampliou a complexidade, permitindo que produtos ilegais cheguem diretamente aos consumidores via plataformas digitais, tanto em comércios tradicionais quanto em centros urbanos.

O Brasil marcou presença com uma grande delegação, alinhada aos debates globais sobre pirataria e contrabando, especialmente em rastreabilidade de produtos e regulamentação do mercado digital. As discussões contaram com participantes como o analista tributário aduaneiro da Receita Federal, Renato Bastos Evaristo; a especialista em **Propriedade Intelectual** Virginia Cervieri, do escritório Cervieri Monsuarez; a diretora do Programa de Adidos de **Propriedade Intelectual** do USPTO, Deborah Lashley-Johnson; e o presidente da CustomsWatch, John Ryan.

Na área de saúde pública, Avrichir apresentou a crise do metanol de 2025 como exemplo de coordenação: bebidas adulteradas causaram 22 mortes e 73 feridos, com resposta integrada do MJSP, Ministério da Saúde, Anvisa e forças policiais. O episódio impulsionou o Projeto de Lei nº 5.807/2025, aprovado na Câmara dos Deputados e em análise no Senado, que prevê rastreabilidade de bebidas alcoólicas, endurecimento de penas para falsificação - incluindo tipificação como crime formal -, regras rigorosas para controle de metanol e combate a pontos de venda clandestinos.

Também foi destacado o aumento de importações irregulares de inibidores GLP-1, conhecidos como 'canetas emagrecedoras'. Entre 2025 e 2026, a Anvisa publicou 37 resoluções de proibição. A Operação Heavy Pen, em 12 estados, apreendeu mais de 37 mil ampolas e 3,5 kg do insumo ativo, quantidade suficiente para produzir mais de 1 milhão de unidades adicionais em farmácias de manipulação. A rastreabilidade existente em medicamentos industrializados foi crucial para os resultados, e sua expansão para outros produtos sensíveis é prioridade do CNCP para 2026.

Felipe Monteiro defende segredo industrial nos registros de inovação



A inovação está em alta no país, com universidades e companhias batendo recordes de depósitos de marcas e patentes no **INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial**. No entanto, ao contrário de países como EUA e Japão, o Brasil ainda utiliza pouco a estratégia de segredo industrial, juridicamente válida, com predominância da cultura de "patentear tudo".

Para o especialista em **propriedade intelectual** Felipe Monteiro, sócio-advogado do Kasznar Leonardos | **Propriedade Intelectual**, nem toda tecnologia ou descoberta deve ser imediatamente patenteada e, muitas vezes, as empresas podem reforçar a proteção durante o processo de desenvolvimento de um produto, com diferentes acordos e modelos de governança mais estruturados.

O debate, segundo Monteiro, tem ganhado espaço sobretudo após casos recentes de grande repercussão, como o caso da polilaminina, que perdeu exclusividade em determinados países por falta de verba para manutenção do processo de registro, e o frenesi bilionário gerado pela expiração da patente do Ozempic (semaglutida) no Brasil.

Para ele, as diretorias de pesquisa e desenvolvimento (P&D;), tanto de universidades quanto do setor privado, passaram a discutir até que ponto vale a pena revelar ao mundo as características de uma invenção em troca de uma exclusividade temporária sobre a tecnologia.

"Existe um equívoco comum no mercado corporativo brasileiro ao se acreditar que patentear é a única ou a melhor forma de proteção", afirma Felipe. "A patente pressupõe a revelação completa da inven-

ção ao público em troca da exclusividade temporária. Na prática, muitas empresas acabam revelando descrições técnicas de invenções que poderiam ser muito melhor protegidas sob o guarda-chuva do segredo industrial", conclui.

De acordo com o especialista, para obtenção de uma patente, a empresa necessita publicar toda a "receita" da solução tecnológica e, no momento em que a exclusividade expira, como ocorreu com algumas das "canetas emagrecedoras", o mercado logo é inundado por alternativas.

Segredo e patente

O segredo industrial, explica Monteiro, consiste na proteção de conhecimentos ou informações que possuem valor econômico precisamente por não serem de conhecimento público ou facilmente acessíveis, sendo mantidos sob controle e confidencialidade pelo seu proprietário.

Evidencia que em determinados casos, pode ser mais eficaz do que a patente, que expira após 20 anos de exclusividade. Já o segredo pode durar para sempre, desde que a confidencialidade seja mantida.



(Imagem: Divulgação) Felipe Monteiro, sócio-advogado do Kasznar Leonardos e especialista em propriedade intelectual.

Exemplifica casos como a fórmula da Coca-Cola, segredos de IA e algoritmos de empresas como o Google que mostram como o segredo industrial pode sustentar vantagem competitiva por longos períodos.

Felipe Monteiro, sócio-advogado do Kasznar Leonardos e especialista em **propriedade intelectual**. (Imagem: Divulgação)

Segundo o advogado do Kasznar Leonardos, a opção pelo segredo industrial se torna mais vantajosa quando a dianteira competitiva não está no

produto final, mas nos bastidores do desenvolvimento do produto.

Para ele, além da área de medicamentos, que tem chamado atenção do público e do mercado, a ciência de dados e o avanço da IA têm contribuído para intensificar a preocupação com o domínio da informação.

"Isso ocorre com métodos operacionais, etapas de produção na indústria química e farmacêutica, parâmetros técnicos ou algoritmos. Em setores de inteligência artificial e ciência de dados, as empresas optam por manter em sigilo bases de dados e informações, e assim escolhem adotar modelos que combinam a proteção patentária e o segredo industrial".

Monteiro destaca ainda que a solução mais sofisticada tem sido a adoção de um modelo híbrido.

"Uma parte do arcabouço tecnológico é protegida por patente, enquanto outros elementos cruciais - como parâmetros de produção e know-how - permanecem como segredo industrial. Assim, obtém-se a exclusividade do produto, mas a receita de como fabricá-lo ou aplicá-lo com máxima eficiência continua trancada a sete chaves".

O risco da hiperconexão e a IA generativa

Na avaliação do advogado, se, por um lado, o segredo industrial ganha relevância, por outro, nunca foi tão difícil preservá-lo no ambiente atual, que combina concorrência globalizada e hiperconexão.

"O grande desafio é que, ao contrário da patente, o segredo industrial não é regido por estruturas governamentais, e sua existência jurídica depende de procedimentos específicos de cada empresa ou instituição, que, por sua vez, muitas vezes ainda carecem de estrutura adequada, com baixo nível de maturidade em governança da informação e pouco acesso a assessoria jurídica especializada", diz.

Ao mesmo tempo, destaca que os riscos de vazamento de informações crescem com o avanço acelerado do uso da IA generativa nas rotinas corporativas.

Monteiro observa ainda que a circulação massiva e instantânea de dados criou um novo vetor de risco: colaboradores inserindo inadvertidamente relatórios e códigos em plataformas externas para otimizar o trabalho.

"A hiperconectividade aumenta o número de pessoas e sistemas em contato com dados estratégicos", adverte o especialista. "Ironicamente, isso faz do segredo industrial um dos ativos mais importantes da economia contemporânea. Em um cenário em que a tecnologia é replicável com rapidez, aquilo que permanece confidencial representa a parcela de maior valor da empresa".

Providências jurídicas

Para Felipe Monteiro, se a governança falhar, o prejuízo é irreparável. Em caso de vazamento, seja por um ex-funcionário, fornecedor ou falha de sistema, explica que as providências jurídicas dependem de ações que já deveriam ter sido previstas. Nesse sentido, destaca a lei da **propriedade industrial** brasileira, que tipifica a divulgação não autorizada como concorrência desleal, mas a Justiça só pode agir se a empresa comprovar que construiu barreiras reais de proteção.

Para o sócio do Kasznar Leonardos, a proteção do conhecimento exige três pilares:

Contratual: cláusulas rigorosas de confidencialidade e titularidade com parceiros e funcionários

Organizacional: políticas claras de classificação de informações e controle de acesso.

Estratégico: Definição prévia e calculada de qual fração da descoberta irá para o **INPI** (patente) e qual ficará resguardada internamente (segredo).

"Em um cenário em que os ativos intangíveis são o coração da competitividade, a proteção deve acompanhar todo o ciclo da inovação, da prancheta do cientista à comercialização", conclui Monteiro.

O novo "go big" farmacêutico: a inovação além da molécula



Por Antonio Carlos Matos da Silva. O primeiro trimestre de 2026 mostrou que ciência, acesso e negociação passaram a definir, juntos, a liderança global do setor.

O primeiro trimestre de 2026 confirmou uma mudança relevante no segmento farmacêutico global: o Mounjaro, da Eli Lilly, consolidou sua posição como o produto mais vendido do mundo. A companhia reportou vendas globais de aproximadamente US\$ 8,7 bilhões para o medicamento no trimestre - um salto de US\$ 4,9 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior. São números que ajudam a redefinir o setor. Em 2025, o produto sozinho já havia adicionado mais de US\$ 11,4 bilhões em vendas adicionais em apenas 12 meses; em 2026, caminha para um patamar de faturamento que o torna, virtualmente, maior do que muitas corporações inteiras da própria indústria.

Observa-se também uma mudança importante: a oncologia, que por mais de uma década foi o principal motor de crescimento do setor, começa a dividir o centro do palco com a área cardiometabólica. Não se trata de perda de relevância científica, mas de uma mudança de fronteira. Essa nova classe de medicamentos deslocou o debate para um território onde ciência, necessidade não atendida em escala e saúde pública se encontram diante de um cenário de altíssima prevalência. Com mais de 100 novas mo-

léculas em desenvolvimento clínico, o segmento começa a operar sob a lógica do "go big or go home".

Nesta nova configuração, o blockbuster deixa de ser apenas um produto para se tornar uma plataforma. É a estratégia dos "pipelines dentro do produto": uma única molécula, como a tirzepatida ou o pembrolizumabe (Keytruda), que faturou US\$ 8,03 bilhões no trimestre, transforma-se em um ecossistema de múltiplas indicações capaz de sustentar o faturamento por anos. O modelo comercial também traz novidades. A disputa agora tende a ser vencida por quem organiza melhor a jornada de acesso, integrando diversas ações, como a telessaúde e dados para gerir a experiência do paciente, como ilustra o lançamento da plataforma Lilly Employer Connect, nos Estados Unidos.

Essa mudança tem implicações econômicas relevantes. Quanto maior a escala dessas moléculas--plataforma, maior a concentração de valor - e de risco. Empresas aceleram receitas em velocidade inédita, mas também se tornam mais dependentes de poucos ativos. Quando patentes expiram ou novos concorrentes alteram o equilíbrio competitivo, o impacto no valor de mercado pode ser imediato.



Medicamentos como Mounjaro e Keytruda transformaram um único produto em ecossistemas bilionários capazes de redefinir o setor. Medicamentos como Mounjaro e Keytruda transformaram um único produto em ecossistemas bilionários capazes de redefinir o setor.

Medicamentos como Mounjaro e Keytruda transformaram um único produto em ecossistemas bilionários capazes de redefinir o setor. Magnific

No campo político, o trimestre também trouxe lições sobre os limites das intervenções estatais. Nos Estados Unidos, a política de Most Favored Nation, ou MFN, e o portal TrumpRx - que geraram incertezas ao prometer reduzir preços nominais - não parecem ter impactado significativamente os balanços corporativos. O desafio está no desenho: ao mirar apenas o preço e ignorar a estrutura real da rota de acesso, o resultado tende a ser mais comunicacional do que estrutural. Surge aqui o conceito que chamo de "access washing": quando o discurso de acesso ganha visibilidade política, mas não altera a jornada concreta do paciente.

Contudo, observamos um contraponto disruptivo. A FDA aprovou, no final de abril, a primeira terapia gênica para surdez genética profunda. Além do benefício clínico de altíssimo impacto, o modelo de acesso foi também inovador: a Regeneron, empresa fabricante, anunciou que disponibilizará o produto gratuitamente a todos os pacientes elegíveis nos Estados Unidos. Longe de ser pura filantropia, o movimento resulta de uma negociação em que a empresa comprometeu-se a investir em P&D; e manufatura local, além de oferecer a gratuidade da terapia gênica, buscando, em contrapartida, previsibilidade em um ambiente marcado por maior pressão tarifária e regulatória sobre seu portfólio de maior escala. Ao fornecer o tratamento sem custo para uma doença ultra-rara (que afeta cerca de 50

recém-nascidos por ano nos EUA), a empresa sinaliza que o custo social da inacessibilidade pode ser maior do que a renúncia de receita.

Esse modelo aponta para uma direção importante para os governos: deixar de lado disputas ideológicas focadas exclusivamente em **propriedade intelectual** e quebras de patentes, e buscar negociações mais personalizadas, que incluam acesso ao portfólio, investimentos estruturais, mantendo-se sempre a segurança jurídica e a previsibilidade.

A ciência tem vencido barreiras que pareciam intransponíveis. O mercado também se mostra receptivo às inovações capazes de combinar escala, eficácia e novos modelos de acesso. A questão que fica para os próximos trimestres é se governos, empresas e sistemas de saúde saberão transformar o novo "go big" farmacêutico em algo ainda maior: um acesso sustentável, previsível e concreto para os pacientes.

O texto acima expressa a visão de quem o assina, não necessariamente do Congresso em Foco. Se você quer publicar algo sobre o mesmo tema, mas com um diferente ponto de vista, envie sua sugestão de texto para .

Índice remissivo de assuntos

| | |
|--------------------------------|---------------------|
| Direitos Autorais | 2,3 |
| Marco regulatório INPI | 4,5,6,8,9 |
| Patentes | 4,5,6 |
| Propriedade Industrial | 4,5,6,8,9 |
| Propriedade Intelectual | 1,4,5,6,7,8,9,10,11 |